



de desclassificar a Recorrente por não ter dado o melhor lance nos LOTES 02 e 03, ainda que esta não tenha tido a oportunidade de participar da etapa de lances em razão da falha técnica da plataforma utilizada/contratada pelo DAAE; e **d)** da decisão de declarar vencedor e habilitar licitante concorrente da Recorrente nos LOTES 02 e 03, sem que a Recorrente tenha tido a oportunidade de participar da etapa de lances em razão da falha técnica da plataforma utilizada/contratada pelo DAAE, com base nos argumentos de fato e de direito a seguir expostos:

## **1. DA TEMPESTIVIDADE**

De acordo com o item 8.4. do Edital, o prazo para interposição de Recurso é de 3 (três) dias úteis. Vejamos:

*8.4 – Ao final da sessão pública de julgamento de proposta e habilitação, o proponente que desejar interpor recurso contra qualquer decisão proferida pelo Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões até o final da sessão, sendo-lhe facultado juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis.*

Ainda, prevê o art. 4º, item XVIII, da Lei 10.520/02, que o interessado terá 3 (três) dias úteis para apresentar razões do recurso. Vejamos:

*XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;*

Conforme se vislumbra na imagem abaixo, a Recorrente registrou sua intenção de recurso no dia 28/11/2023 (terça-feira):



Desta feita, não pairam dúvidas quanto a tempestividade do presente recurso, vez que o presente Recurso vem a ser protocolado no dia 01 de dezembro de 2024 (sexta-feira).

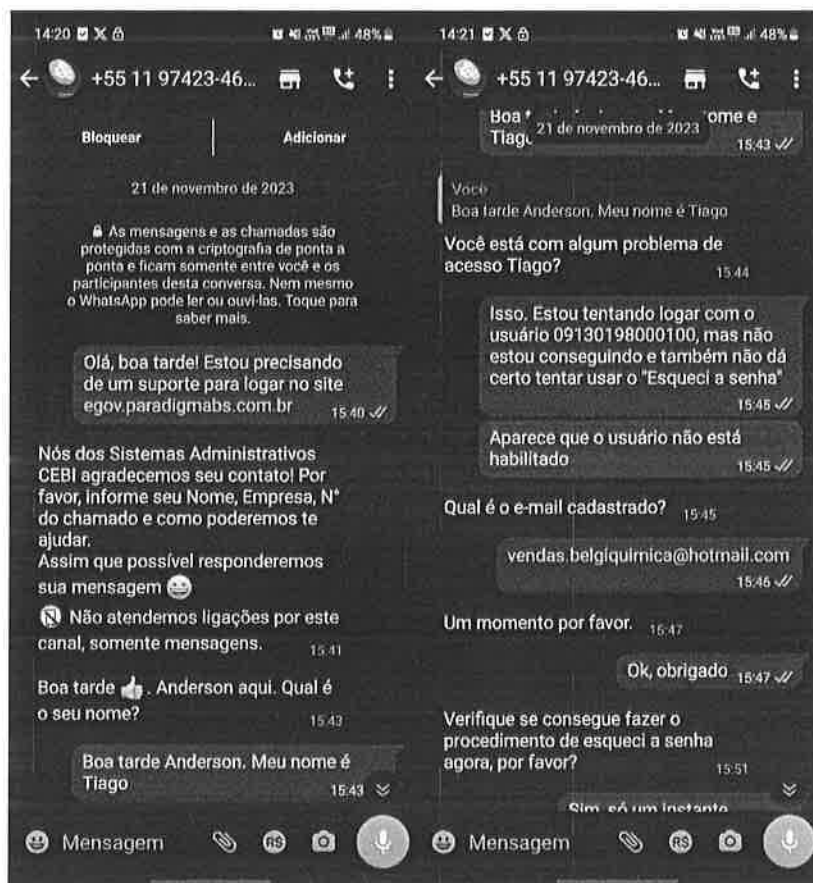
## 2. DOS FATOS

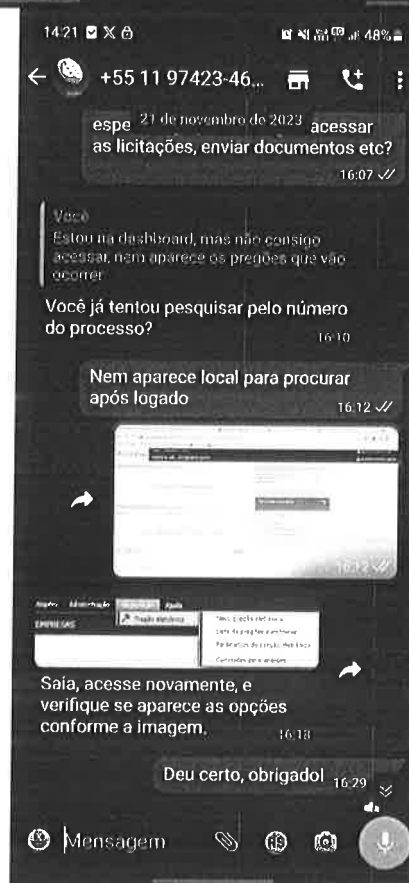
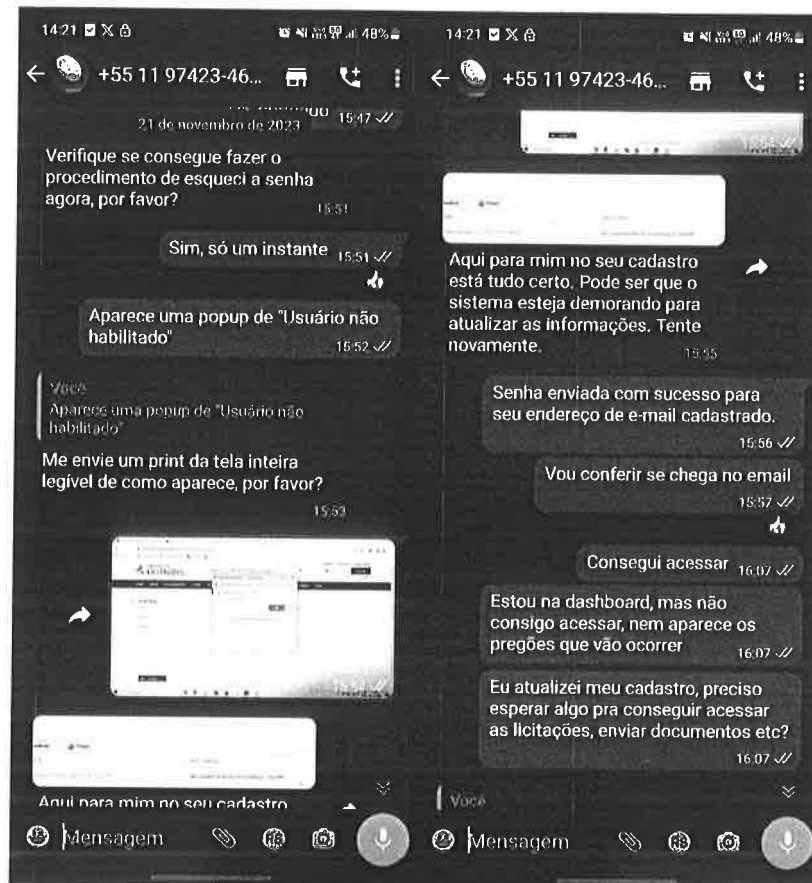
No dia 10 de novembro de 2023 foi publicado, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, o "Aviso de Licitação. Pregão Eletrônico n.048/2023. Processo DAAE n.2.908 de 19/10/2023. Objeto: Aquisição de produtos químicos (Tanino Vegetal, Hipoclorito de Sódio, Ácido Fluossilícico e Ortopolifosfato de Sódio). Abertura das Propostas: às 10h00min do dia 28 de novembro de 2023. Data e horário de início da sessão de disputa de preços: às 10h10min do dia 28 de novembro de 2023. Endereço Eletrônico: <http://pregaoeletronico.cebi.com.br>. O Edital poderá ser retirado na íntegra através do site: [www.daaearaquara.com.br](http://www.daaearaquara.com.br) – link: Painel de Licitações. Araraquara (SP), 08 de novembro de 2023. Delorges Mano - Superintendente."

Ao ter acesso à íntegra do Edital do Pregão Eletrônico 048/2023, a Recorrente teve ciência que o Pregão ocorreria por meio da plataforma do CEBI, conforme prevê a cláusula 4.1 do Edital:

"4.1 – Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados que desejarem participar do Pregão deverão se cadastrar no "link: cadastro no sistema", para obtenção do login de usuário e senha pessoal (intransferíveis), através do endereço eletrônico: <http://pregaoeletronico.cebi.com.br>."

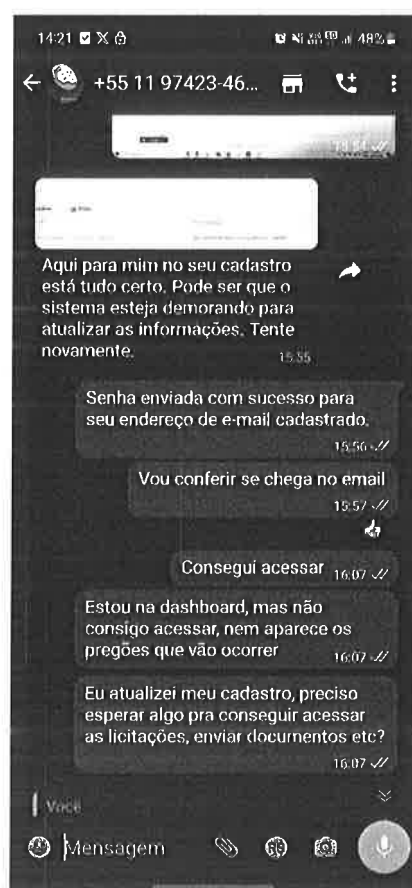
Tendo em vista que a Recorrente já possuía *login* de usuário e senha pessoal na referida plataforma, por já ter participado de outros pregões em datas pretéritas, inclusive participando ativamente da fase de lances (**Documento 3 – Tela CEBI lances licitações anteriores**), a Recorrente tentou acessar, em **21 de novembro de 2023**, as informações sobre o pregão, quando então não conseguiu acesso à plataforma. Em razão disso, entrou em contato com o suporte do CEBI para conseguir a recuperação de senha, conforme faz prova as *print screens* abaixo:





**Destaque-se que tanto as *prints* acima demonstradas, como todas as demais que constam no presente recurso, foram objeto de ATA NOTARIAL (Documento 4 – Ata Notarial), lavrada pelo Segundo Tabelião de Notas de Ribeirão Preto em 29 de novembro de 2023, de modo que não pairam dúvidas quanto à veracidade das informações constantes nas *prints* juntadas.**

Durante o atendimento do dia 21 de novembro de 2023, o suporte dos Sistemas Administrativos CEBI afirma que:

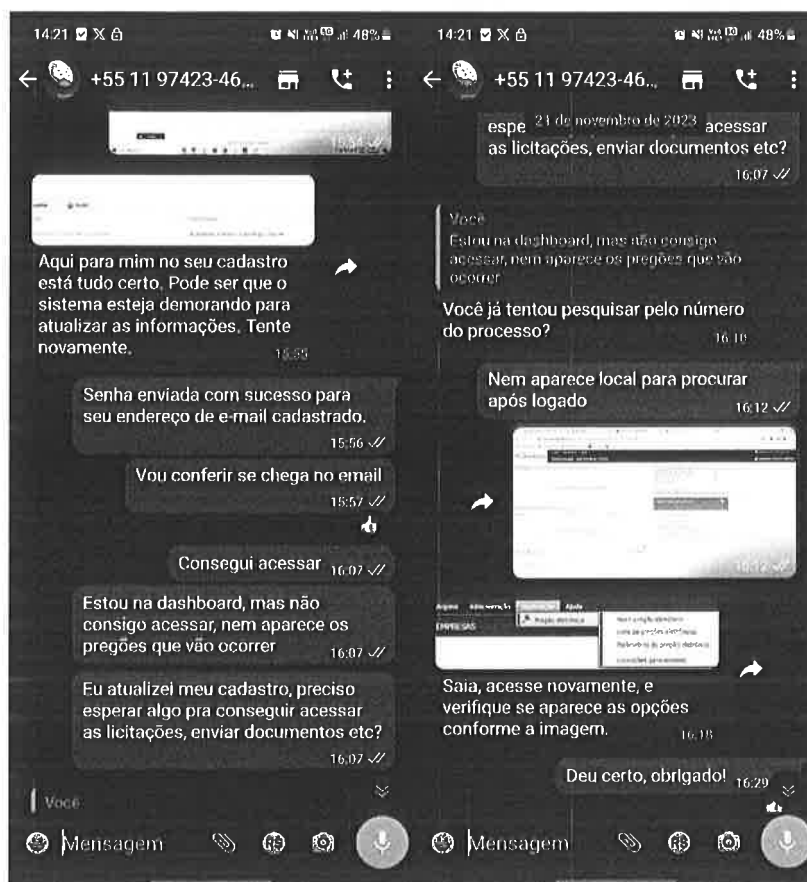


***"Aqui pra mim no seu cadastro está tudo certo. Pode ser que o sistema esteja demorando para atualizar as informações. Tente novamente."***

Conforme também se verifica nas *prints* da conversa do WhatsApp, logo após tal mensagem, a empresa Recorrente conseguiu ter acesso à plataforma utilizada pelo DAAE, contudo constatou que o Pregão 048/2023 não aparecia no sistema, tendo informado o CEBI sobre tal fato e enviado *print* da tela, conforme solicitação.



Em seguida, o suporte CEBI pediu para a Recorrente acessar novamente a plataforma e, somente então, a Recorrente teve acesso aos dados do Pregão 048/2023 constantes na plataforma.



Ou seja, o problema inicial de acesso à plataforma CEBI foi resolvido pela própria CEBI, ficando evidente que se tratava de algum problema interno do sistema.

Uma vez tendo acesso à plataforma utilizada pelo DAAE para realizar o Pregão, a Recorrente realizou a análise se era de seu interesse participar do Pregão e, por fim, **protocolou a sua proposta de preços no próprio sistema e anexou a proposta também em arquivo PDF (Documento 5 – Proposta de preços), sem qualquer identificação, conforme prevê o Edital, proposta esta de preços para os itens pertencentes aos lotes 02, 03, 04 e 05 do Pregão agendado para o dia 28 de novembro de 2023.**

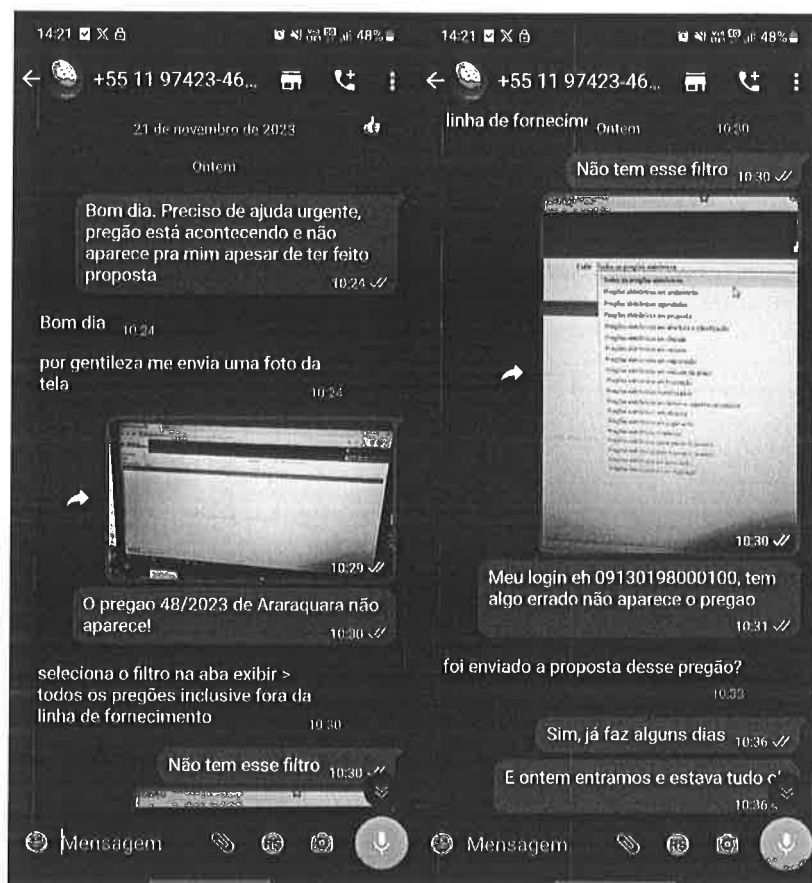
No dia **28 de novembro de 2023**, por volta das 10h00, Recorrente acessou a plataforma por meio do endereço eletrônico "<http://pregaoeletronico.cebi.com.br>", endereço este que é



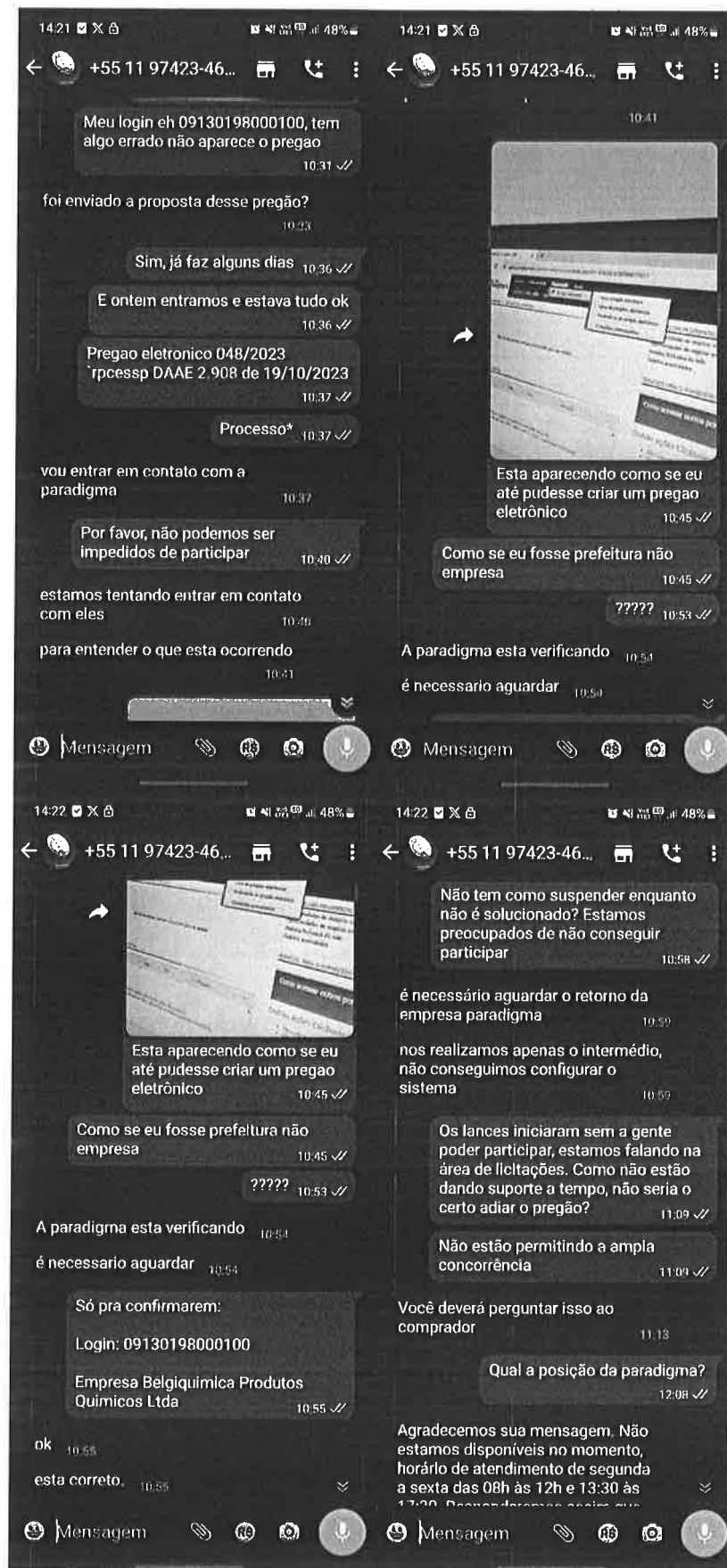


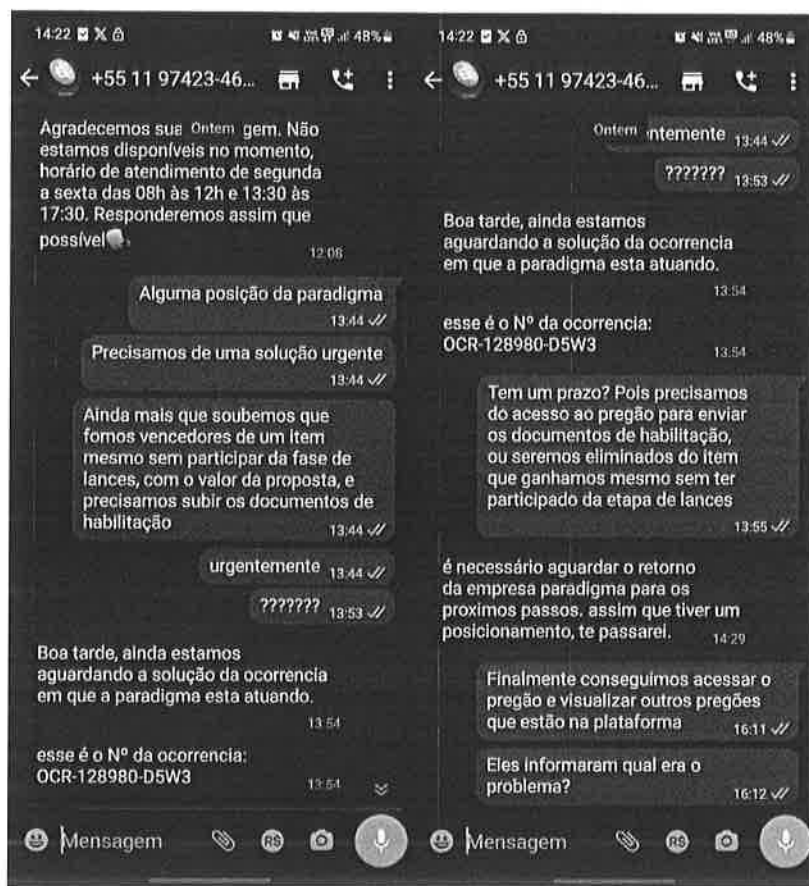


Em paralelo, em decorrência da grave preocupação em não participar da fase de lances, a Recorrente tentou também por meio de outro celular o atendimento:



(CONTINUA NA PRÓXIMA FOLHA)





Importante destacar, novamente, que tanto as *prints* acima em que constam o registro das ligações feitas por celular para o Setor de Licitações do DAAE, quanto as *prints* acima que demonstram as mensagens trocadas com o CEBI via *WhatsApp*, foram devidamente registradas por meio de Ata Notarial (**Documento 4 – Ata Notarial**).

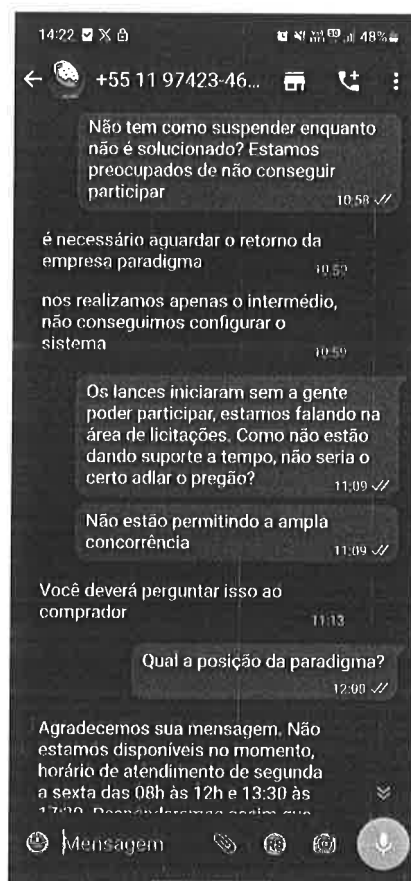
Note, Ilustre Julgador, que no momento em que a Recorrente informou sobre o Pregão 48/2023 não estar aparecendo na plataforma, o suporte da CEBI solicitou o envio de *print* da tela, a Recorrente enviou fotos tiradas dos dois celulares, e o suporte CEBI reconheceu que realmente não estava aparecendo o Pregão no sistema, tanto assim é que a resposta foi que a Recorrente deveria aguardar a resposta da Paradigma.

Ainda que o próprio reconhecimento da CEBI já comprove que o Pregão não estava sendo disponibilizado para a Recorrente, trazemos também três vídeos (**Documento 6, Documento 7 e Documento 8**) feitos no dia 28 de novembro de 2023, durante a realização do Pregão, em que fica comprovado que a

Recorrente estava impedida de visualizar o Pregão pela plataforma CEBI e inclusive tentou fazer o acesso em mais de um computador.

Cumpre ressaltar também que o contato feito com o DAAE se deu em momento este em que o Pregão ainda estava em fase de abertura e análise de propostas, informação esta prestada pelo próprio pregoeiro, ou seja, antes da classificação das propostas e abertura da fase de lances. Ainda, o contato feito por WhatsApp com a empresa CEBI se deu também antes do início da etapa de lances.

Em que pese a Recorrente ter informado sobre a impossibilidade de acessar o Pregão, apesar de devidamente logada, e ter pedido o "socorro" tanto do Sr. Pregoeiro, quanto do suporte da CEBI, antes mesmo do início da etapa de lances, a resposta que a Recorrente teve é de que não seria possível suspender o Pregão para que o problema fosse resolvido e que teriam que aguardar uma segunda empresa, chamada Paradigma, verificar a questão, pois, de acordo com os Sistemas Administrativos CEBI, eles realizam apenas o intermédio da operação, não conseguem configurar o sistema. Senão vejamos:





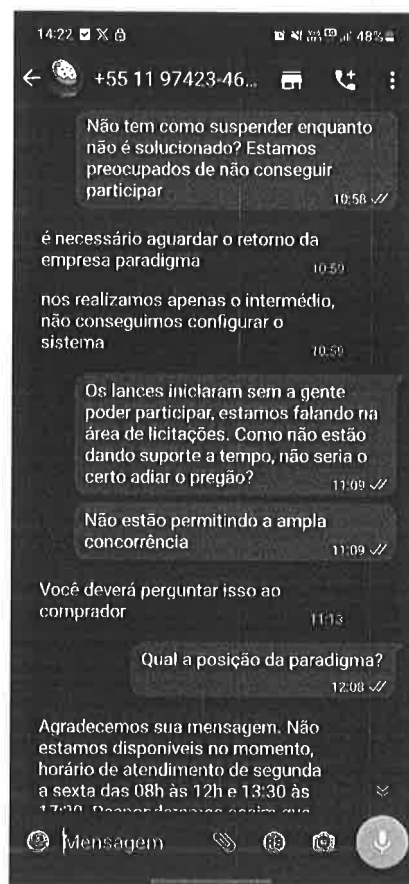
Ou seja, neste momento, o Pregoeiro, a empresa Sistemas Administrativos CEBI, e a empresa Paradigma (aparentemente terceirizada ou quarteirizada) já estavam cientes do impedimento que a Recorrente estava sofrendo de participar da etapa de lances, e a Recorrente ficou contra a parede, de mãos atadas, sem ter mais o que fazer, a não ser aguardar uma solução.

É de suma importância ressaltar que, tendo em vista o evidente problema técnico do sistema utilizado para a realização do Pregão, o Sr. Pregoeiro tinha o DEVER LEGAL de suspender o Pregão enquanto não fosse solucionada a questão, conforme será melhor tratado no tópico referente aos DIREITOS, contudo ainda assim o Sr. Pregoeiro deu andamento no certame.

Após alguns minutos a Recorrente teve ciência, em ligação feita para o Setor de Licitações do DAAE, que a etapa de lances já havia se iniciado, sem a possibilidade da Recorrente dar lances.

Sabendo do início da etapa de lances, a Recorrente demonstrou sua preocupação e revolta por meio das mensagens abaixo, bem como por meio de telefonema para o Setor de Licitações do DAAE, questionou sobre a possibilidade de adiar ou suspender a etapa, mas não teve resposta, mas tão somente que seria necessário aguardar.

(CONTINUA NA PROXIMA FOLHA)



Após mais algum tempo, em ligação com o Setor de Licitações do DAAE, a Recorrente teve ciência de que foi a vencedora do Lote 04 (Ácido fluossilícico), pois a sua proposta inicial, que havia sido protocolada na plataforma dias antes, foi classificada para a etapa de lances e nenhum outro licitante classificado deu lance melhor que a proposta inicial da Recorrente. Além disso, a Recorrente ficou, salvo engano, na segunda colocação dos Lotes 02 e 03 (Hipoclorito de sódio e Hipoclorito de sódio em bombonas), pois apenas outro licitante ofereceu preço inferior ao da proposta inicial que a Recorrente havia protocolado anteriormente ao dia 28 de novembro de 2023.

**NOTE A GRAVIDADE DO CASO! A Recorrente foi reconhecida pelo próprio Sr. Pregoeiro como apta a participar do Pregão, a proposta enviada via sistema (inclusive com PDF sem identificação anexo) foi considerada classificada para a etapa de lances, MAS A RECORRENTE FOI IMPEDIDA DE PARTICIPAR DA ETAPA DE LANCES por motivos alheios à sua vontade, por culpa da plataforma utilizada pelo DAAE, pela**

**omissão do Sr. Pregoeiro em suspender o Pregão enquanto a questão não era solucionada, e pela demora no suporte tanto da empresa Sistemas Administrativos CEBI e da empresa Paradigma, contratadas pelo DAAE para fornecer um sistema que viabilize a realização de pregões de forma eletrônica.**

Ato contínuo, após ser declarada vencedora do Lote 04, a Recorrente foi alertada via telefone, pelo Pregoeiro, que deveria enviar os documentos de habilitação via sistema, sob pena de desclassificação.

Até então a Recorrente não possuía acesso ao Pregão pelo sistema online, ou seja, também seria desclassificada do Lote 04 por não enviar os documentos de habilitação, contudo, como o Pregão foi suspenso para horário de almoço, neste ínterim as empresas Sistemas Administrativos CEBI e Paradigma conseguiram arrumar a falha existente, a Recorrente finalmente conseguiu acesso ao pregão e realizou o envio dos documentos de habilitação, habilitação esta, inclusive, que foi confirmada pelo Sr. Pregoeiro.

Ou seja, para o Lote 04 (Ácido fluossilícico) a Recorrente sagrou-se vencedora e foi habilitada, tendo sido reconhecido como válido, pelo Sr. Pregoeiro, seu credenciamento, como válida a proposta feita na fase de envio de propostas, como classificada a proposta na fase de abertura/análise de propostas, como classificada a Recorrente para a etapa de lances, como vitoriosa a Recorrente na fase de lances com o valor da proposta inicial feita anteriormente (por nenhum licitante superar a proposta inicial da Recorrente), e como válida a habilitação da Recorrente após a análise dos documentos de habilitação enviados.

Nobre Julgador, não pairam dúvidas, está cristalino, que a Recorrente foi gravemente prejudicada pelo fato da plataforma utilizada pelo DAAE ter apresentado falha técnica que impediu a participação da Recorrente da etapa de lances e, além disso, também é evidente e reconhecido pelo próprio Sr. Pregoeiro que a Recorrente atendeu todos os requisitos necessários para que sua proposta inicial fosse classificada para a etapa de lances, não somente para o Lote 04 em que se sagrou vencedora, mas também para os Lotes 02 e 03.

Para deixar ainda mais evidente a gravidade da situação, o presente caso se equipara ao caso em que, em Pregão Presencial, o licitante tenha seu credenciamento feito, tenha sua proposta classificada para a etapa de lances, e **seja proibido de entrar na sala em que ocorre a etapa de lances enquanto os demais licitantes são permitidos de entrar e participar e**, após, seja desclassificado por não ter dado o lance menor na etapa que ocorreu em uma sala reservada em que o licitante não foi permitido de entrar.

Apesar de já estar devidamente comprovado, por meio das *prints* juntadas e pelo fato do próprio Sr. Pregoeiro ter reconhecido como classificada a proposta da Recorrente para a fase de lances, que a Recorrente cumpriu seu papel até onde era de sua alçada, e que o impedimento de participar da fase de lances se deu por falha na plataforma utilizada pelo DAAE, cabe trazermos ao conhecimento do Nobre Julgador também o áudio (**Documento 9 – Áudio suporte Paradigma**) de uma ligação feita no dia 30 de novembro de 2023 com o suporte da empresa Paradigma.

No referido áudio, é possível constatar que o suporte da empresa Paradigma afirma que:

Minuto 03:42 da ligação: Suporte Paradigma:

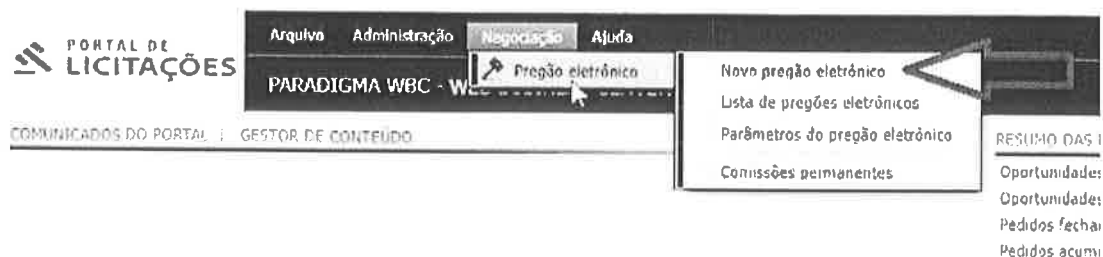
***A gente ainda tá verificando a situação, tem vários fatores, não é só um que podem ocasionar essa falha, isso vai desde um erro da própria CEBI na configuração do pregão até mesmo um bug no sistema. O que a gente tá tentando verificar são essas duas situações, de onde ocorreu a falha. Se foi no sistema, se foi por parte da CEBI, possivelmente pode ser por conta do fornecedor, mas a gente está meio que descartando essa possibilidade, porque eu consigo ver aqui, eu vi que tu anexou as propostas, tu verificou, enfim, o pregão ali, e só na disputa de lances ali***

*que tu não conseguiu ver o pregão. Então tem vários fatores aqui que a gente está verificando o motivo, tudo isso a gente tá levando pra CEBI, que tá ciente da situação, tá?*

Ou seja, está reconhecido pela própria empresa fornecedora da plataforma em que foi realizado o Pregão que houve uma falha, que estão tentando identificar a origem dessa falha e que está praticamente descartada a possibilidade de existir qualquer “culpa” por parte do Recorrente, vez que a própria empresa Paradigma conseguiu ver que a Recorrente anexou as propostas, conseguiu ver o pregão na plataforma anteriormente, e só na disputa de lances a Recorrente não conseguiu ter acesso ao Pregão 048/2023.

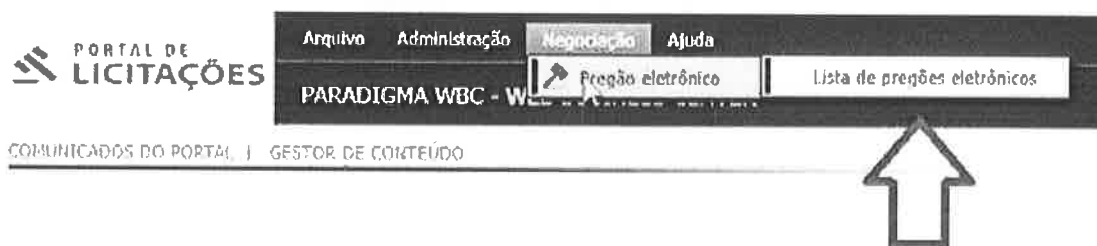
E mais, a falha no sistema utilizado pelo DAAE também está comprovado em vídeo. Isto porque, além dos vídeos feitos pelo celular (**Documentos 6, 7 e 8**), em vídeo gravado da tela do computador às 14h23min do dia 28 de novembro de 2023 (**Documento 10 - Vídeo CEBI 28.11.2023 – informações internas vazadas**), após as empresas CEBI e Paradigma realizarem alterações no sistema, a Recorrente finalmente teve acesso ao Pregão 48/2023, que estava suspenso para horário de almoço, contudo a Recorrente passou a ter acesso inclusive a dados privados sensíveis de demais licitantes concorrentes e licitantes convidados para a licitação, e informações da base de dados que evidentemente a Recorrente não deveria ter acesso, ao que demonstra inclusive falha no sistema com relação ao cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Para deixar mais clara a situação, demonstramos abaixo *print* tirada do vídeo em anexo (**Documento 10 – Vídeo CEBI 28.11.2023 – informações vazadas**) em que fica evidente que a Recorrente tinha até mesmo a possibilidade de criar pregões, como se fosse o DAAE ou alguma Prefeitura contratante dos serviços da CEBI:



Não foi encontrado nenhum comunicado para ser exibido.

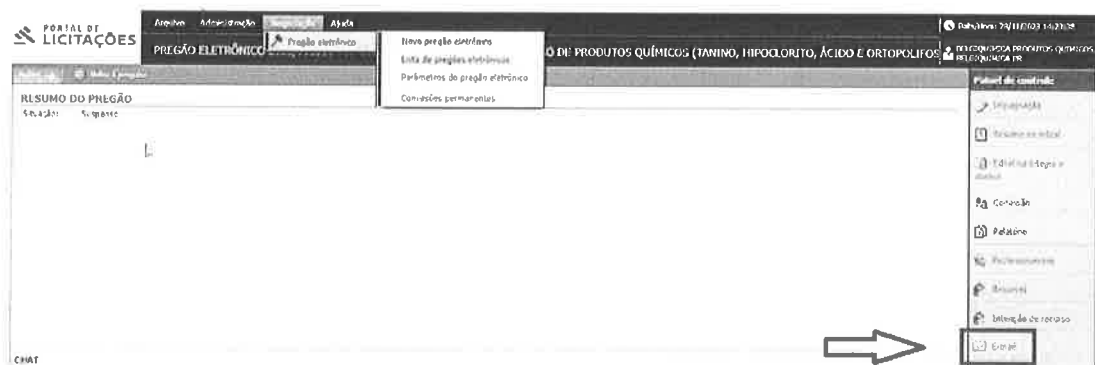
Já em vídeo gravado em 01 de dezembro de 2023 (**Documento 11 – Vídeo CEBI gravado em 01.12.2023**), em razão e alguma alteração feita pelo CEBI e/ou Paradigma, a Recorrente não possui mais a opção de criar novo pregão eletrônico. Vejamos:



Não foi encontrado nenhum comunicado para ser exibido.

#### ATIVIDADES IMPORTANTES DO PORTAL

Ainda, vejamos abaixo *print* tirada do vídeo gravado em 28 de novembro de 2023 (**Documento 10 – Vídeo CEBI 28.11.2023 – informações vazadas**), onde a Recorrente possuía acesso aos dados de fornecedores, dados esses sensíveis e que normalmente são restritos na plataforma:



egov.paradigmabs.com.br/ceja/webpublic/PregaoEletronico/PregaoEletronicoEmails.aspx?q=Uqg1WNURvzllbytkhhaaXGf9Yk1tsCupUQfufG9gmKkV0iB00

**PESQUISA DE E-MAIL**

Dados gerais

Assunto:

Destinatário:

Envia em:

Destino (para)	Assunto	Enviado em	Por
comercial@minipreco.com.br	Edital Pregão Eletrônico 000049/2023 - Edital 2023/000360	10/11/2023 15:14:53	system
vlad@recom.com.br	Edital Pregão Eletrônico 000049/2023 - Edital 2023/000360	10/11/2023 15:14:46	system
contato@recom.com.br	Edital Pregão Eletrônico 000049/2023 - Edital 2023/000360	10/11/2023 15:14:39	system
contato@recom.com.br	Edital Pregão Eletrônico 000049/2023 - Edital 2023/000360	10/11/2023 15:14:30	system
contato@recom.com.br	Edital Pregão Eletrônico 000049/2023 - Edital 2023/000360	10/11/2023 15:14:24	system
contato@recom.com.br	Edital Pregão Eletrônico 000049/2023 - Edital 2023/000360	10/11/2023 15:14:17	system
contato@recom.com.br	Edital Pregão Eletrônico 000049/2023 - Edital 2023/000360	10/11/2023 15:14:11	system
contato@recom.com.br	Edital Pregão Eletrônico 000049/2023 - Edital 2023/000360	10/11/2023 15:14:04	system
contato@recom.com.br	Edital Pregão Eletrônico 000049/2023 - Edital 2023/000360	10/11/2023 15:13:58	system
contato@recom.com.br	Edital Pregão Eletrônico 000049/2023 - Edital 2023/000360	10/11/2023 15:13:43	system
contato@recom.com.br	Edital Pregão Eletrônico 000049/2023 - Edital 2023/000360	10/11/2023 15:13:32	system
contato@recom.com.br	Edital Pregão Eletrônico 000049/2023 - Edital 2023/000360	10/11/2023 15:13:25	system
contato@recom.com.br	Edital Pregão Eletrônico 000049/2023 - Edital 2023/000360	10/11/2023 15:13:15	system
contato@recom.com.br	Edital Pregão Eletrônico 000049/2023 - Edital 2023/000360	10/11/2023 15:13:08	system

Já no dia 01 de dezembro de 2023, a Recorrente já não possui mais acesso à aba "E-mail":



Ainda, também em 28 de novembro de 2023 a Recorrente possuía a opção de incluir empresas no sistema, opção que não está mais disponível:

(CONTINUA NA PRÓXIMA FOLHA)

PORTAL DE LICITAÇÕES

Ataque Administrativo Negociação Ajuda

EMPRESAS

















Código

Exibir Empresas ativas

Razão social

CNPJ

☒ Incluir ☐ Desativar ☐ Excluir

CNPJ	CNPJ	Razão social	Nome fantasia	
04256	13.597.458/0001-11	OCC-QUIMICA LTDA	COLONIA AÇÚCAR EM EVENTOS - UNIDADE SANTOS	 
08503	10.237.197/0001-02	RODOLFO CAMINHOES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	RODOLFO CAMINHOES	   
20549	06.851.210/0001-80	PAULO DURVAL MARTINS FEATRO NETO	PAULO DURVAL MARTINS FEATRO NETO	   
03044	51.052.215/0001-07	1 CARTORIO DE REGISTRO DE IMOVEIS E JORNAL	CARTORIO	 
21627	51.052.172/0001-04	1 TABELA DE NOTAS DEPORTO	TABELA DE NOTAS DEPORTO	 
*****	*****	*****	*****	 

Ou seja, fica evidente que houve falha técnica da plataforma e internamente a CEBI e empresa Paradigma realizaram alguma modificação para regularizar a situação e viabilizar que a empresa Recorrente pudesse ao menos enviar os documentos de habilitação, após já encerrada a etapa de lances.

Neste ponto, é importante destacar que **a Recorrente não foi a única prejudicada gravemente** pelo fato de não ter tido a oportunidade de participar da fase de lances. **A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA TAMBÉM FOI GRAVEMENTE LESADA**, pois ao ser impedida de dar lances, não houve efetiva concorrência na fase de lances e apenas uma licitante deu lance, lance vencedor este que foi no valor de R\$2,00 (dois reais) por KG no Lote 02 (Hipoclorito de sódio), por exemplo.

A fim de demonstrar **o tamanho do prejuízo sofrido pela Administração Pública**, a Recorrente junta Ata de Registro de Preços da licitação ocorrida na cidade de São Carlos em 13 de novembro de 2023 (**Documento 12 – Ata de registro de preços São Carlos – 13.11.2023**), quando então a Recorrente sagrou-se vencedora do item Hipoclorito de sódio (mesmo item do Lote 02), com o preço de R\$1,59 (um real e cinquenta e nove centavos) por KG, tendo sido a segunda colocada, naquele certame, a empresa OCC-QUIMICA LTDA, justamente a empresa vencedora do Lote 02 (Hipoclorito de sódio) no Pregão 48/2023.



Ou seja, no Pregão realizado pelo DAAE Araraquara, o valor total da contratação do LOTE 02 foi de R\$1.432.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta e dois mil reais), porém, caso a Recorrente fosse possibilitada de dar lances e realizasse o lance no mesmo valor feito em São Carlos/SP em 13 de novembro de 2023, realizado poucos dias atrás, a contratação teria sido por R\$1.138.440,00 (um milhão, cento e trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta reais), ou seja, fica demonstrado o provável prejuízo ao Erário Público de aproximadamente R\$293.560,00 (duzentos e noventa e três mil, quinhentos e sessenta reais), **tendo o preço final sido mais que 20% superior ao que poderia ter sido caso houvesse uma concorrência efetiva na etapa de lances com a participação da Recorrente.**

Destaque-se, ainda, que no Pregão realizado em São Carlos/SP, em que a Recorrente foi vencedora do produto Hipoclorito de sódio com o valor de R\$1,59/kg, a segunda colocada foi justamente a empresa OCC-QUIMICA LTDA, empresa esta que foi declarada vencedora do Lote 02 (Hipoclorito de sódio) no Pregão 48/2023 sob análise, com o valor de R\$2,00/kg, sem que a Recorrente tenha tido a oportunidade de dar lances.

Desta feita, pelos fatos e provas até aqui expostos, fica evidente que:

a) A Recorrente preencheu todos os requisitos para participar da etapa de lances dos Lotes 02 e 03, tanto assim é que o próprio Sr. Pregoeiro reconheceu o cumprimento dos requisitos e classificou a proposta da Recorrente para a etapa de lances de tais itens;

b) Houve falha técnica na plataforma utilizada pela DAAE para realizar Pregões, de modo que a Recorrente não teve acesso ao Pregão e, conseqüentemente, foi impedida de participar da etapa de lances;

c) Ainda que o Sr. Pregoeiro e as empresas CEBI e Paradigma tivessem ciência da falha existente, ou seja, da impossibilidade da Recorrente participar da etapa de lances apesar de estar classificada para tanto, foi dado seguimento no Pregão, este

não foi suspenso ou adiado até que a falha técnica fosse resolvida;

d) A Recorrente foi gravemente prejudicada com o impedimento de participar da etapa de lances;

e) A Administração Pública foi gravemente prejudicada pelo fato da Recorrente não ter sido permitida de participar da etapa de lances;

f) Houve benefício ilegal dos licitantes que puderam participar da etapa de lances sem que tivessem a concorrência da Recorrente.

Diante de tais fatos, e considerando as provas juntadas neste Recurso Administrativo, não pairam dúvidas que a Recorrente e a Administração Pública foram gravemente prejudicadas pelo ato administrativo de dar início à etapa de lances dos Lotes 02 e 03 indevidamente e pelos atos administrativos consequentes, ato por se tratarem de atos administrativos ilegais, conforme será melhor demonstrado abaixo.

### **3. DO DIREITO**

#### **3.1. DA VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, IGUALDADE E GARANTIA DA AMPLA CONCORRÊNCIA**

Como sabido, a Lei 8.666/93 instituiu as normas para licitações e contratos da Administração Pública, lei esta que é muito clara quanto ao objetivo das licitações, destacando, em seu artigo 3º, que a licitação deve garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e será processada e julgada em conformidade com os princípios elencados no art. 37 da Constituição Federal, quais sejam os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, além de destacar também a necessidade de cumprimento do princípio da probidade administrativa. Vejamos:

***Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e***

***será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.***

Neste mesmo sentido, a Lei 14.133/2021, que trata sobre Licitações e Contratos Administrativos, prevê a necessidade de aplicação dos princípios da legalidade, da competitividade, da igualdade, do interesse público, da probidade administrativa, da transparência, da segurança jurídica, da razoabilidade, dentre outros. Vejamos:

***Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).***

Ademais, o artigo 11 da Lei 14.133/2021 elenca claramente os objetivos do processo licitatório, também destacando a necessidade de observância do tratamento isonômico e a justa competição entre os licitantes:

***Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:***

*I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;*

***II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;***

*III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;*

*IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável. Parágrafo único. A alta administração do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e deve implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos, para avaliar, direcionar e monitorar os processos licitatórios e os respectivos contratos, com o intuito de alcançar os objetivos estabelecidos no caput deste artigo, promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.*

Sobre o tema, Carvalho ensina que:

*[...] a realização do procedimento licitatório deve observar a legalidade, no que tange às normas aplicáveis ao seu procedimento, a impessoalidade que representa, inclusive, uma das finalidades da licitação, sem que haja favoritismos ou escolhas em razão da pessoa a celebrar o contrato, da moralidade, sendo conduzida a licitação em respeito aos padrões*

*éticos e morais, além da garantia de eficiência inerente a toda atuação do Poder Público. (CARVALHO, Matheus. Manual de Direito Administrativo. 2 ed. Revista, ampliada e atualizada- Salvador. Juspodivm, 2015. p.432)*

Considerando a necessidade de observância do princípio da legalidade, o Agente Público responsável pelo processamento da licitação tem o dever, a lei IMPÕE, que sejam respeitados os princípios da isonomia entre os licitantes, que o Agente Público GARANTA a competitividade entre os licitantes, sob pena de violação não apenas do princípio da legalidade, mas também os princípios basilares da Administração Pública da moralidade, da impessoalidade, da transparência da probidade administrativa.

Celso Bandeira de Mello ensina que o princípio da igualdade gera não apenas o dever de tratar os licitantes de forma isonômica, mas também de GARANTIR A OPORTUNIDADE DE DISPUTA a quaisquer interessados. Vejamos:

***O princípio da igualdade implica o dever não apenas de tratar isonomicamente todos os que afluírem ao certame, mas também o de ensejar oportunidade de disputá-lo a quaisquer interessados que, desejando dele participar, podem oferecer as indispensáveis condições de garantia. (MELLO, Celso Antonio Bandeira. Curso de Direito Administrativo. 27 ed. Revista e atualizada- SÃO PAULO, Malheiros Editores, 2010. p. 532)***

No presente caso, está devidamente demonstrado e comprovado, conforme tratado no tópico DOS FATOS, que a Recorrente foi impedida de participar da etapa de lances do Pregão 048/2023, em razão de falha técnica da plataforma contratada pelo DAAE para a realização do Pregão, enquanto outros licitantes tiveram acesso normal à plataforma e ao mencionado Pregão, de forma que é evidente a inexistência de igualdade entre os concorrentes da licitação.

Ora, a legislação é muito clara quanto à necessidade de observância, pelo Agente Público, dos princípios da igualdade e competitividade, de modo que, ao não suspender o Pregão 48/2023 e abrir a etapa de lances sem que a Recorrente pudesse participar, apesar de classificada para tanto, o Sr. Pregoeiro tratou de forma desigual os licitantes e impediu a efetiva competitividade, violando diretamente o disposto no art. 37 da Constituição Federal e nas Leis 8.666/93 e 14.133/21.

É imperioso ressaltar, neste ponto, que ainda que o Sr. Pregoeiro não tivesse ciência da falha no sistema e impedimento da Recorrente em participar da fase de lances, o que dizemos apenas por amor ao debate (vez que está devidamente comprovado que a Recorrente informou tanto o Sr. Pregoeiro quanto o sistema CEBI antes da abertura da fase de lances), no presente momento, mediante o presente Recurso, resta amplamente comprovado que a Recorrente foi impedida de participar da fase de lances, de modo que ao ter ciência agora, ainda que após a fase de lances, de tal ilegalidade, é dever legal do agente público fazer valer a lei e reparar a situação ocorrida, mediante o reconhecimento da nulidade.

**Em razão da flagrante violação da legislação aplicável aos processos licitatórios, violação do interesse público e violação do objetivo claro da licitação que é de obter a proposta mais vantajosa à Administração Pública, é imprescindível a correção da ilegalidade existente, de modo que a Recorrente, com base no princípio da autotutela e no item 8.9 do Edital do Pregão 48/2023<sup>1</sup>, requer a reconsideração, pelo Sr. Pregoeiro, da decisão de abrir a etapa de lances do referido Pregão com relação aos itens dos LOTES 02 E 03, e, por consequência, requer a reconsideração das decisões desta derivadas (desclassificação da Recorrente dos LOTES 02 e 03; declaração de empresa licitante concorrente como vencedora dos LOTES 02 e 03 e habilitação de empresa licitante concorrente nos LOTES 02 e 03).**

---

<sup>1</sup>8.9 – O recurso será dirigido à autoridade superior e recebido pelo pregoeiro que, ao tomar conhecimento de sua interposição, poderá reconsiderar a decisão recorrida.

**Caso o Sr. Pregoeiro não reconsidere sua decisão, a Recorrente requer seja julgado procedente o presente recurso, e seja declarada nula a decisão de abrir a etapa de lances com relação aos itens do LOTE 02 (hipoclorito de sódio) e LOTE 03 (hipoclorito de sódio em bombonas), e, por consequência legal, seja reconhecida a nulidade da etapa de lances em si e das decisões desta derivadas (desclassificação da Recorrente dos LOTES 02 e 03; declaração de empresa licitante concorrente como vencedora dos LOTES 02 e 03 e habilitação de empresa licitante concorrente nos LOTES 02 e 03), e seja determinada a reabertura da etapa de lances dos LOTES 02 e 03, com a devida participação da Recorrente, que já foi reconhecida pelo Sr. Pregoeiro como classificada para tal etapa.**

### **3.2. DA EVIDENTE VIOLAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO**

É notório que a finalidade da licitação é obter a proposta mais vantajosa à Administração Pública, conforme prevê o artigo 3º da Lei 8.666/93 e o artigo 11, inciso I, da Lei 14.133/2021, por meio da competição isonômica entre os participantes do certame, a fim de se dar efetividade ao princípio da supremacia do interesse público.

Ligado ao princípio do interesse público está o princípio da indisponibilidade do interesse público, explicado com maestria de sempre por Celso Antônio Bandeira de Mello:

*"significa que sendo interesses qualificados como próprios da coletividade — internos ao setor público — não se encontram à livre disposição de quem quer que seja por inapropriáveis. **O próprio órgão administrativo que os representa não tem disponibilidade sobre eles**, no sentido de que lhe incumbe apenas curá-los — o que é também um dever — na estrita conformidade do que dispuser a intentio legis".*

O interesse público permanece constantemente indisponível para a administração pública, pois sua titularidade reside na coletividade, não no poder público. A função da administração pública consiste em gerenciar, resguardar e garantir a efetividade desse interesse, não em dispor livremente dele, uma vez que não lhe pertence. Assim, é acertado afirmar que o interesse público é inalienável, indisponível!

No presente caso, a Recorrente foi impedida de participar da etapa de lances dos LOTES 02 e 03 do Pregão 48/2023 em razão de falha técnica da plataforma digital online utilizada/contratada pelo DAAE, ou seja, a Recorrente não pôde sequer competir na referida fase da licitação.

Conforme mencionado nos fatos narrados anteriormente, não somente a Recorrente foi prejudicada, mas **A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA TAMBÉM FOI GRAVEMENTE LESADA com a decisão do Sr. Pregoeiro em dar início e continuidade à fase de lances**, pois em razão do fato da Recorrente ser impedida de dar lances, não houve efetiva concorrência e apenas uma licitante deu lance, lance vencedor este foi feito pela empresa OCC-QUIMICA LTDA que foi no valor de R\$2,00 (dois reais) por KG no Lote 02, por exemplo.

Já demonstramos anteriormente neste Recurso, contudo a Recorrente pede vênica para demonstrar novamente o tamanho do prejuízo sofrido pela Administração Pública. Para tanto, a Recorrente junta Ata de Registro de Preços da licitação ocorrida na cidade de São Carlos em 13 de novembro de 2023 (**Documento 12 – Ata de registro de preços São Carlos – 13.11.2023**), quando então a Recorrente sagrou-se vencedora do item Hipoclorito de sódio (mesmo item do Lote 02), com o preço de R\$1,59 (um real e cinquenta e nove centavos) por KG, tendo sido a segunda colocada, naquele certame, a empresa OCC-QUIMICA LTDA, justamente a empresa vencedora do Lote 02 (Hipoclorito de sódio) no Pregão 48/2023 que está aqui sob análise.

Ou seja, no Pregão realizado pelo DAAE Araraquara, o valor total da contratação do LOTE 02 foi de R\$1.432.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta e dois mil reais), porém, caso a



Recorrente fosse possibilitada de dar lances e realizasse o lance no mesmo valor feito em São Carlos/SP em 13 de novembro de 2023, realizado poucos dias atrás, a contratação teria sido por R\$1.138.440,00 (um milhão, cento e trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta reais), ou seja, fica demonstrada o provável prejuízo ao Erário Público de aproximadamente R\$293.560,00 (duzentos e noventa e três mil, quinhentos e sessenta reais), **tendo o preço final sido mais que 20% superior ao que poderia ter sido caso houvesse uma concorrência efetiva na etapa de lances com a participação da Recorrente.**

Destaque-se, novamente, que no Pregão realizado em São Carlos/SP, em que a Recorrente foi vencedora do produto Hipoclorito de sódio com o valor de R\$1,59/kg, a segunda colocada foi justamente a empresa OCC-QUIMICA LTDA, empresa esta que foi declarada vencedora do Lote 02 (Hipoclorito de sódio) no Pregão 48/2023 sob análise, com o valor de R\$2,00/kg, sem que a Recorrente tenha tido a oportunidade de dar lances.

Ora, Nobre Julgador, tendo em vista que o interesse público é indisponível, e considerando a imposição legal de que o Sr. Pregoeiro tinha o DEVER de assegurar a ampla concorrência e a igualdade entre os licitantes, é evidente a ilegalidade existente na decisão de dar início à etapa de lances dos LOTES 02 e 03 sem que a Recorrente pudesse participar, por falha técnica do sistema utilizado pelo DAAE, sendo ilegais, por consequência, também os atos derivados, ou seja, a desclassificação da Recorrente por não dar lance inferior ao da licitante concorrente; a declaração de vitória da licitante concorrente; e a habilitação da licitante concorrente.

**Em razão da flagrante violação da legislação aplicável aos processos licitatórios, violação do interesse público e violação do objetivo claro da licitação que é de obter a proposta mais vantajosa à Administração Pública, é imprescindível a correção da ilegalidade existente, de modo que a Recorrente, com base no princípio da autotutela e no item 8.9 do Edital do Pregão 48/2023<sup>2</sup>, requer a**

---

<sup>2</sup>8.9 – O recurso será dirigido à autoridade superior e recebido pelo pregoeiro que, ao tomar conhecimento de sua interposição, poderá reconsiderar a decisão recorrida.

**reconsideração, pelo Sr. Pregoeiro, da decisão de abrir a etapa de lances do referido Pregão com relação aos itens dos LOTES 02 E 03, e, por consequência, requer a reconsideração das decisões desta derivadas (desclassificação da Recorrente dos LOTES 02 e 03; declaração de empresa licitante concorrente como vencedora dos LOTES 02 e 03 e habilitação de empresa licitante concorrente nos LOTES 02 e 03), de modo que seja reaberta a fase de lances para os LOTES 02 e 03, com a devida participação da Recorrente, que já foi reconhecida pelo Sr. Pregoeiro como classificada para tal etapa.**

**Caso o Sr. Pregoeiro não reconsidere sua decisão, a Recorrente requer seja declarada nula a decisão de abrir a etapa de lances com relação aos itens do LOTE 02 (hipoclorito de sódio) e LOTE 03 (hipoclorito de sódio em bombonas), e, por consequência legal, a nulidade da etapa de lances em si e nulidade das decisões desta derivadas (desclassificação da Recorrente dos LOTES 02 e 03; declaração de empresa licitante concorrente como vencedora dos LOTES 02 e 03 e habilitação de empresa licitante concorrente nos LOTES 02 e 03), e que seja determinada a reabertura da etapa de lances dos LOTES 02 e 03, com a devida participação da Recorrente, que já foi reconhecida pelo Sr. Pregoeiro como classificada para tal etapa.**

### **2.3. DA NULIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS ILEGAIS**

Conforme sabido, a anulação é *"o desfazimento do ato administrativo (ou contrato) em decorrência de algum vício de legalidade constatado na sua formação, ou ainda em razão da violação dos princípios que regem o Direito Administrativo"* (SANTOS, Mauro Sérgio dos. Curso de Direito Administrativo. 4ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, 2022, p. 227)

Desta forma, considerando a obrigatoriedade de observância do princípio da legalidade pela Administração Pública, uma vez identificado ato ilegal, a administração tem o dever legal de anular tal ato.

No presente caso, resta amplamente comprovado que houve uma falha técnica do sistema utilizado/contratado pelo DAAE para a realização de suas licitações, falha esta que acabou impedindo a Recorrente de visualizar o Pregão 48/2023 na data da abertura da sessão de disputa de preços em 28 de novembro de 2023, contudo, apesar disso, o Sr. Pregoeiro praticou o ato administrativo de iniciar a etapa de lances dos LOTES 02 e 03 sem que a Recorrente pudesse participar efetivamente.

Isto posto, é certo que o ato administrativo de abrir a etapa de lances, ainda que o sistema *online* impedisse a Recorrente de participar, viola frontalmente a legislação aplicável, conforme demonstrado nos tópicos anteriores, tornando-se dever do Agente Público anular os atos administrativos ilegais praticados.

É imperioso ressaltar, neste ponto, que ainda que o Sr. Pregoeiro não tivesse ciência da falha no sistema e impedimento da Recorrente em participar da fase de lances, o que dizemos apenas por amor ao debate, agora, mediante o presente Recurso, resta amplamente comprovado que a Recorrente foi impedida de participar da fase de lances, de modo que ao ter ciência, ainda que após a fase de lances, de tal ilegalidade, é dever legal do agente público fazer valer a lei e reparar a situação ocorrida, mediante o reconhecimento da nulidade.

**Sendo assim, em razão da flagrante violação da legislação aplicável aos processos licitatórios, violação do interesse público e violação do objetivo claro da licitação que é de obter a proposta mais vantajosa à Administração Pública, é imprescindível a correção da ilegalidade existente, de modo que a Recorrente, com base no princípio da autotutela e no item 8.9 do Edital do Pregão 48/2023<sup>3</sup>, requer a reconsideração, pelo Sr. Pregoeiro, da decisão de abrir a etapa de lances do referido Pregão com relação aos itens dos LOTES 02 E 03, e, por consequência, requer a reconsideração das decisões desta derivadas (desclassificação da Recorrente dos LOTES 02 e 03; declaração de empresa licitante concorrente**

---

<sup>3</sup>8.9 – O recurso será dirigido à autoridade superior e recebido pelo pregoeiro que, ao tomar conhecimento de sua interposição, poderá reconsiderar a decisão recorrida.

**como vencedora dos LOTES 02 e 03 e habilitação de empresa licitante concorrente nos LOTES 02 e 03), de modo que seja reaberta a fase de lances para os LOTES 02 e 03, com a devida participação da Recorrente, que já foi reconhecida pelo Sr. Pregoeiro como classificada para tal etapa.**

**Caso o Sr. Pregoeiro não reconsidere sua decisão, a Recorrente requer seja declarada nula a decisão de abrir a etapa de lances com relação aos itens do LOTE 02 (hipoclorito de sódio) e LOTE 03 (hipoclorito de sódio em bombonas), e, por consequência legal, a nulidade da etapa de lances em si e nulidade das decisões desta derivadas (desclassificação da Recorrente dos LOTES 02 e 03; declaração de empresa licitante concorrente como vencedora dos LOTES 02 e 03 e habilitação de empresa licitante concorrente nos LOTES 02 e 03), e que seja determinada a reabertura da etapa de lances dos LOTES 02 e 03, com a devida participação da Recorrente, que já foi reconhecida pelo Sr. Pregoeiro como classificada para tal etapa.**

#### **4. DOS PEDIDOS**

Diante de todo o exposto, a Recorrente requer:

**a)** Seja atribuído efeito suspensivo ao presente recurso, com a consequente suspensão do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2023 - PROCESSO DAAE Nº 2.908 de 19/10/2023 até que seja proferida a decisão, com fundamento no Item 8.6 do Edital<sup>4</sup>;

**b.1.)** A reconsideração, pelo Sr. Pregoeiro, do ato administrativo de abrir a etapa de lances do Pregão supracitado com relação aos itens dos LOTES 02 E 03 e a anulação da etapa de lances em si com relação aos LOTES 02 e 03, e, por consequência, a reconsideração dos atos administrativos derivados (desclassificação da Recorrente dos LOTES 02 e 03; declaração de empresa licitante concorrente como vencedora dos LOTES 02 e 03 e habilitação de empresa licitante concorrente nos LOTES 02 e 03);

---

<sup>4</sup>8.6 – Os recursos contra decisões do pregoeiro terão efeito suspensivo

**b.2.)** A reabertura da fase de lances dos LOTES 02 e 03, viabilizando a participação da Recorrente em tal etapa;

**c.1.)** Caso o Sr. Pregoeiro não reconsidere o atos administrativos mencionados, que SEJA JULGADO PROCEDENTE o presente recurso, com o reconhecimento da nulidade do ato administrativo de abrir a etapa de lances do referido Pregão com relação aos itens dos LOTES 02 E 03, e, por consequência, também a nulidade da etapa de lances em si e dos atos administrativos derivados da nulidade da etapa de lances dos LOTES 02 e 03 (desclassificação da Recorrente dos LOTES 02 e 03; declaração de empresa licitante concorrente como vencedora dos LOTES 02 e 03 e habilitação de empresa licitante concorrente nos LOTES 02 e 03);

**c.2.)** Com o reconhecimento de nulidade da fase de lances dos LOTES 02 e 03, que seja determinado o retorno/reabertura da etapa de lances do Pregão supracitado com relação aos itens dos LOTES 02 E 03.


**d)** Caso se entenda pelo reconhecimento da nulidade da abertura da etapa de lances dos LOTES 02 e 03, e por consequência da nulidade da etapa de lances e si, contudo não se entenda possível retornar para a fase de lances, que seja reconhecida a nulidade de todo o processo licitatório relativo aos LOTES 02 e 03 e publicação de novo Edital e/ou publicação de nova data para apresentação de propostas, documentação pertinente e abertura da sessão de disputa. Subsidiariamente, caso se entenda pela inviabilidade de nulidade da licitação apenas quanto aos LOTES 02 e 03, que seja reconhecida a nulidade de todo o processo licitatório e publicação de novo Edital e/ou publicação de nova data para apresentação de propostas, documentação pertinente e abertura da sessão de disputa.

**e)** Caso se entenda pela improcedência do presente recurso, que seja disponibilizada à Recorrente toda a documentação relacionada ao processo licitatório, incluindo registros de comunicações, atas, laudos técnicos, inclusive emitidos pelas empresas responsáveis pela plataforma online utilizada, para subsidiar a tomada das medidas judiciais cabíveis;

**f)** Ainda, caso se entenda pela improcedência do presente recurso, seja apurada a responsabilidade do Pregoeiro e demais envolvidos na decisão de dar continuidade ao pregão, inclusive no que tange à Improbidade Administrativa em razão do prejuízo ao Erário Público, e que o processo licitatório completo, inclusive este Recurso Administrativo, seja encaminhado ao Ministério Público do Estado de São Paulo, para apuração de cometimento de ato de improbidade.

Termos em que,  
pede deferimento.

Ribeirão Preto/SP, 01 de dezembro de 2023.

Documento assinado digitalmente  
 TIAGO LEVORATO CORDEIRO  
Data: 01/12/2023 16:04:52-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

**TIAGO LEVORATO CORDEIRO**  
OAB/SP 333.565



**BELGIQUIMICA PRODUTOS QUÍMICOS LTDA – EPP**  
CNPJ 09.130.198/0001-00  
JOSÉ LINO RAPATONI (Sócio Administrador)  
CPF 787.308.138-91

## **ROL DE DOCUMENTOS ANEXOS**

Documento 1 – Procuração

Documento 2 – Contrato social e CNH sócio administrador

Documento 3 – Tela CEBI lances licitações anteriores

Documento 4 – Ata Notarial

Documento 5 – Proposta de preços sem identificação

Documento 6 – Vídeo feito pelo celular - 28.11.2023 às 10h32min - sem acesso ao pregão 48 mas podendo criar pregao etc

Documento 7 – Vídeo feito pelo celular - 28.11.2023 às 11h18min - sem acesso ao pregão 48 mas podendo criar pregao etc

Documento 8 - Vídeo feito pelo celular - 28.11.2023 às 12h42min - sem acesso ao pregão 48 mas podendo criar pregao etc

Documento 9 – Áudio suporte Paradigma

Documento 10 – Vídeo CEBI 28.11.2023 – informações internas vazadas

Documento 11 – Vídeo CEBI gravado em 01.12.2023

Documento 12 – Ata de registro de preços São Carlos – 13.11.2023